

# **ALFABETIZAÇÃO NA ESCOLA PRIMÁRIA URBANA NO ESTADO DE MATO GROSSO: PERCURSO DO ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA (1932 A 1948)**

**SOUZA, Terezinha Fernandes Martins de. (UFMT)  
AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. (UFMT)**

## **Introdução**

Este artigo trata de aspectos da história do ensino da alfabetização em Diamantino - Mato Grosso. As normatizações (entre vários documentos, especialmente o Regulamento da Instrução Pública de Mato Grosso, de 1927) foram analisadas levando em conta “o corpo profissional dos sujeitos que são chamados a obedecer a essas normas e a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários” (JULIA, 2001). Buscando verificar os vestígios ou indícios do processo de ensino da alfabetização na 1ª Escola Urbana Masculina e 1ª Escola Feminina, no período de 1932 a 1948, em Diamantino-MT

Para a realização do estudo foi de fundamental importância a localização de relatórios de Inspetores de Ensino, de Diretor Geral da Instrução Pública de Mato Grosso e diários de classe de duas professoras<sup>1</sup>, referente ao período citado. Destes diários somente aqueles referentes ao período de 1941 a 1943 apresentam o conteúdo ministrado pelas professoras nas aulas de alfabetização.

A partir da localização, reunião, seleção e análise das fontes documentais citadas, foi possível cruzar os dados com a normatização vigente no período em estudo, bem como com as contribuições advindas da pesquisa oral, realizada com uma das professoras que lecionaram na referida escola.

## **1ª Escola Urbana Masculina e 1ª Escola Urbana Feminina e as Visitas Oficiais**

Recuperar e conhecer uma história, seja do ensino ou de uma instituição escolar, segundo Chartier (2002) requer a busca de procedimentos de acreditação articulados a valores, práticas e propostas pedagógicas, indícios ou vestígios que contribuem para presentificá-la.

A 1ª Escola Urbana Masculina e 1ª Escola Urbana Feminina, começou a funcionar em Diamantino, no início do século XX, era constituída de duas salas de aula,

---

<sup>1</sup> Professora Castorina Sabo Mendes, aposentada, 99 anos de idade, residente em Diamantino - MT. Começou a sua carreira frente ao ensino primário, na década de 1930. Impossibilitada de conversar com tranquilidade, devido à saúde frágil, a sua contribuição se deu por meio de fontes documentais, como diários de classe, por ela produzidos referente ao período de 1941- 42 - 43 - 45 - 47- 48. Professora Maria Capistrano da Silva (Normalista), aposentada, 93 anos de idade, residente em Cuiabá - MT. Iniciou sua carreira no magistério em Diamantino no ano de 1932, onde permaneceu até 1950, quando foi transferida para a Escola Modelo Barão de Melgaço, na capital, onde lecionou até 1963. Completamente lúcida e solícita a reviver suas memórias, além da análise de seus diários de classe referente a 1943 e 1945, foi possível conversar com a autora sobre a sua experiência na alfabetização.

com uma professora para o sexo masculino e outra para o sexo feminino. Antes desse período, segundo estudos de Correa Filho (2002) e Siqueira (2000) o município contava apenas com aulas avulsas. Até 1932, a escola primária urbana contava com professores leigos à frente do ensino primário, a partir daí passa a contar com uma professora Normalista, conforme Quadro 01:

Quadro 01 – MAPA DEMONSTRATIVO DAS ESCOLAS ISOLADAS URBANAS, PROFESSORAS, VINCULO E FORMAÇÃO

PROFESSORAS	CONT.	EFETIVO	FORMAÇÃO	1941	1942	1943	1944	1945	1947	1948
Maria Capistrano da Silva		10/06/1932	Normalista	19	24	25	25	27	26	22
Castorina Sabo Mendes	11/04/1939	-----	Leiga	-	-	24	-	25	-	-

Fonte: Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Diretor da Instrução Pública, Francisco Alexandre Ferreira Mendes. Cuiabá, 25 de Fevereiro de 1944. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, 2005. Impresso Avulso.

Nem o espaço, nem o tempo escolar são dimensões neutras, conforme Faria Filho e Vidal (2000), pois permitem as representações sociais e atuam como elementos na construção histórica da realidade. Nesse período as famílias que apresentavam condições econômicas viáveis, enviavam suas filhas para a capital em busca de formação. Mas poucos eram os que dispunham dessas condições.

É importante lembrar, conforme Amâncio (2000, p. 58), que “o ensino doméstico das primeiras letras, que se reduzia ao conhecimento do alfabeto, era o que vigorava até o final do século XIX no estado, sendo inclusive reconhecido pelas autoridades da instrução pública”. Segundo a autora, muitas crianças recebiam noções rudimentares da leitura e da escrita no seio da família e, para a grande maioria essa era a única forma de instrução.

Grande era o desafio das professoras primárias dos municípios mato-grossenses, de tamanha extensão territorial, com grandes dificuldades para estruturar um sistema de ensino primário que viesse atender, minimamente que fosse, às necessidades impostas pelo desenvolvimento social e às reivindicações da sua população.

Mas havia também outras figuras presentes neste cenário, os inspetores de ensino. Estes funcionários do governo tinham sua função prevista nos Regulamentos da Instrução Pública de Mato grosso desde 1910 e deviam encarregar-se da fiscalização do ensino nas escolas públicas do estado.

Estes funcionários do governo registraram suas poucas passagens pela 1ª Escola Urbana Masculina e 1ª Escola Urbana Feminina, por meio de relatórios, escritos a mão, registrados no final do diário de classe das professoras, numa folha destinada ao “Registro de Visitas Oficiais”, ocorridas durante os anos letivos de 1941 e 1943. Há também o registro da visita do Diretor Geral da Instrução Pública de Mato Grosso, no ano de 1943, por um período de três dias.

Estes documentos revelam a preocupação dos inspetores escolares, assim como do Diretor da Instrução Pública, com o funcionamento da escola, matrícula, freqüência,

disciplina e o aproveitamento dos alunos, “encontrei a escola em pleno funcionamento”, “presença de 21 alunos, 4 faltas, matrícula geral de 30 crianças, 5 eliminados por falta de freqüência”, “constatou-se boa ordem e disciplina”, “regular aproveitamento dos alunos” (Augusto Moreira da Silva Filho, Inspetor de Ensino, 1941- 1943).

O silêncio/ausência revelado pelos demais diários de classe das professoras, referente ao registro de visitas nos demais anos dentro do período em estudo, confirma declarações do próprio Diretor da Instrução Pública quando denuncia a “inexistência de inspeção escolar” (Francisco Alexandre Ferreira Mendes, 1944). Dentre os problemas apontados pelo Diretor estão: a inexistência de inspeção escolar com exceção das escolas da capital e de centros mais populosos; grande extensão territorial do estado; ausência de profissionais no cargo de inspetor de ensino; inspetores gerais e distritais leigos; fiscalização uma vez ao ano em alguns municípios do estado; ação dos inspetores de ensino restrita ao registro do número de alunos matriculados; freqüência; escrita dos livros estatísticos; trabalho gratuito atribuído a pessoas de critério desconhecido.

Desse modo, o alcance da reforma de ensino iniciada pelo Regulamento da Instrução Pública de Mato Grosso, de 1910 e 1927, provavelmente trouxe algumas melhorias para as escolas primárias urbanas no interior do estado, no que se refere ao ensino oferecido, porém como reforça Amâncio (2000) os problemas desafiavam as condições sociais e econômicas do estado para sua implementação.

### **Ensino da Leitura e da Escrita: As Cartilhas de Alfabetização**

O acesso ao saber escolar não está relacionado apenas à possibilidade da escola vir a cumprir a sua função social, mas também a produção da singularidade da instituição e cultura escolar, que lhe é própria.

Dessa maneira, as professoras primárias que lecionaram na 1ª Escola Urbana Masculina e 1ª Escola Urbana Feminina contribuíram enormemente para resgatar aspectos da história do ensino da alfabetização diamantinense, no período de 1932 a 1948. A contribuição advinda da memória foi de fundamental importância, pois foi possível apreender a presença das cartilhas usadas para ensinar a leitura e a escrita aos alunos na alfabetização.

O dia a dia nas escolas de meados do século XX, segundo Galvão e Batista (1998), na maioria dos casos não apresentava muitas inovações, os alunos continuavam temerosos em ler as lições dos livros e cartilhas, ainda tomadas em voz alta, pois até as décadas de 40 e 50, o prazer pela leitura não era comentado nas escolas, os ensinamentos morais e instrutivos eram considerados mais importantes. No caso da escola primária diamantinense, segundo os relatos o governo mandava as cartilhas, mas não eram suficientes, o prefeito municipal e os pais também compravam livros, mesmo a escola sendo pública.

A respeito da escola pública como ressalta Julia (2001, p. 11), historicamente, esta foi concebida como “meio inventado para adestrar e normalizar o povo, responsável, portanto, por veicular as desigualdades abstratas, pela reprodução das heranças culturais e pela reposição do mundo tal qual ele é”. Isso responde, em parte, os porquês nas décadas de 30 e 40, do século XX, as escolas mato-grossenses tinham

um número de matrículas tão reduzido. A escola primária em estudo, nesse período, atendia na totalidade uma média de 50 alunos, entre meninos e meninas.

Embora não tenha sido possível saber os títulos de cartilhas que se utilizavam naquele tempo, pela não recordação da professora, “não me lembro, foram tantas”, há a confirmação do seu uso. A esse respeito Chartier (2004) ressalta que ao pretendermos interpretar, compreender e analisar temporalmente um processo histórico é recomendável levar em conta a relação do conteúdo revelado pelas fontes com o que vai surgindo ao mesmo tempo noutros ramos. Neste caso, nos diários de classe produzidos pelas professoras no mesmo período, os quais contêm citações de títulos de cartilhas adotadas nas salas de alfabetização.

O cotejo de informações advindas da memória sobre o uso de cartilhas, com o conteúdo dos diários de classe, permitiu organizar o Quadro 02, com os títulos das cartilhas utilizadas, naquela escola.

**Quadro 02 – CARTILHAS USADAS NA 1ª ESCOLA URBANA MASCULINA E FEMININA 1941 -1943**

**1941**

TÍTULO	AUTOR
Cartilha do Povo	Manoel Bergstrom Lourenço Filho
Cartilha Amiga	Luciano Lopes
Cartilha da Infância	Thomaz Paulo Bom Sucesso Galhardo
Cartilha Popular	Maria Paula
Meu Livro	Theodoro Jeronymo de Moraes
Cartilha na Roça	Renato Sêneca Fleury
Cartilha Corações de Crianças	Rita M. Barreto

**1942**

ABC da Infância	Não mencionado
Cartilha do Povo	Manoel Bergstrom Lourenço Filho
Cartilha Popular	Maria Paula
Cartilha Amiga	Luciano Lopes

**1943**

Primeiro Livro	Altina Rodrigues de Albuquerque Freitas
Cartilha do Povo	Manoel Bergstrom Lourenço Filho
ABC Infantil	Não mencionado
Cartilha das Mães	Arnaldo Barreto
Cartilha Popular	Maria Paula

Fonte: Diários de classe das professoras primárias Castorina Sabo Mendes e Maria Capistrano da Silva. Ensino Primário. 1ª Escola Urbana Masculina e 1ª Escola Urbana Feminina, 53 p. (1941, 1942 e 1943). Arquivo da Escola Estadual Plácido de Castro, Diamantino-MT, 2005.

A cartilha pode ser considerada como um fragmento da cultura escolar de determinado momento histórico, segundo Correa (2000, p. 17) “a partir dela se observa diferentes valores que fizeram parte da cultura escolar de uma época e sociedade, o seu método, conteúdo e elementos nela contidos dão vida e significado às práticas escolares”.

Das cartilhas citadas pelas professoras, duas evidenciaram-se como recorrentes, a Cartilha do Povo e a Cartilha Popular. Na Cartilha do Povo, de Lourenço Filho, a questão do método era secundária, porque outros elementos precisavam ser observados para se conseguir o sucesso na aprendizagem. Segundo estudos de Amâncio e Cardoso (2005) não se sabe, que influência o pensamento desse grande

estudioso pode ter tido entre os professores mato-grossenses. Quanto à Cartilha Popular, de Maria Paula, nos estudos já realizados por Amâncio (2000, 2003), Amâncio e Cardoso (2004 e 2005) não se observou o seu uso nas escolas em Mato Grosso nesse período. Nesse sentido, o presente estudo possibilitou detectar a presença da referida cartilha no período de 1941 a 1943, na escola primária diamantinense. Isso nos leva a inferir que, cartilhas não mencionadas ou não utilizadas na capital do estado, circularam no seu interior.

Em seu estudo sobre a frequência de uso de cartilhas em Mato Grosso, de 1912 a 1932, Amâncio (2003) aponta a Cartilha das Mães como a mais utilizada no período citado. A Cartilha Meu Livro, aparece a partir de 1921 e, a Cartilha da Infância a partir de 1925. A autora ressalta que a Cartilha da Infância é uma das publicações brasileiras mais antigas e, no entanto, aparece sendo usada em Mato Grosso apenas nesse período. Pelo que se pode observar, estas cartilhas continuaram a ser usadas em escolas mato-grossenses, no caso em Diamantino, no período de 1941 a 1943.

As cartilhas, segundo Correa (2000), além de configurarem um método, são veículos de circulação de idéias, traduzem valores e comportamentos que se desejou que fossem ensinados em determinado momento histórico. Podem ser um indicador do projeto de formação social desencadeado pela escola, o conteúdo, o discurso, temporalidade e espaço. Possibilitam, também, algumas interrogações, como: a quem serviram? Como se tornaram um dos instrumentos da prática educacional escolar? Pois as cartilhas estão diretamente ligadas às políticas educacionais.

As professoras da 1ª Escola Urbana Masculina e 1ª Escola Feminina utilizavam-se muito das cartilhas na alfabetização. Os títulos apresentados foram localizados em seis de seus diários, os quais apresentavam os conteúdos ministrados na alfabetização. Isso mostra que cada professora usava pelo menos três cartilhas diferentes numa mesma sala de aula. É necessário ressaltar também, que estas professoras trabalhavam com níveis diferentes de aprendizagem, indícios que justificam a coexistência das diversas cartilhas de alfabetização na mesma sala.

### **Do Abecedário às Palavras: Prática Alfabetizadora para Ensinar a Ler e Escrever**

Localizar as professoras que lecionaram na 1ª Escola Urbana Masculina e 1ª Escola Urbana Feminina, extrapola um sentido factual, da possibilidade de contribuição para a construção de uma história do ensino da alfabetização no município pesquisado, mas reveste-se de um significado que Bosi (1993, p. 333) chama de “significado dentro de um tesouro comum”. Ou seja, algo que sempre se ouvia no nível individual, de pessoas mais idosas, especialmente da educação e, que pode ser colocado a partir da sua reconstituição, no contexto coletivo. Nesse sentido, o “tesouro comum”, que deu suporte à existência daquela escola foi também o desempenho dessas professoras.

Assim o ano de 1932 foi um marco para a história do ensino primário naquele município, com o retorno de uma professora que foi estudar na capital e voltou ao município de origem, com o estatuto de Normalista. Esta professora relembrou aspectos importantes daquele tempo, entremeados às marcas espaciais e temporais, inscrevendo as memórias e experiências escolares de sua formação e também de sua prática como professora alfabetizadora naquela escola.

Para a elaboração da narrativa, evidenciando o processo educativo vivido, além dos diários de classe produzidos pelas professoras citadas, foi possível o acesso a fotografias e outros documentos. Isso de acordo com Lang (2001, p. 131) “são representações do passado, do eu antigamente e ao mesmo tempo o sentido de estar aqui hoje”. Assim os sujeitos sociais contribuem para a compreensão de uma instituição, conforme Chartier (2002) como experiência de apropriação que pode ser individual ou coletiva.

Em momentos de encontro, de escuta e de troca, a memória desempenha papel importante. Memórias antigas, segundo Fourquin (1992) povoam a vida mental das pessoas idosas, que evocam o passado remoto, do qual é rara a perda. Como aponta este autor, recordar é saudável tanto para a subjetividade das pessoas, quanto para os processos históricos das comunidades.

Assim as lembranças funcionaram como uma ponte para recordar os momentos durante o período que lecionaram para classes de alfabetização na escola urbana diamantinense. Foram importantes e necessárias para buscar indícios ou vestígios, das práticas escolares ali desenvolvidas; pois, segundo Galvão e Batista (1998) nos permitem realizar leituras, decifrações que irão possibilitar a atribuição de sentidos, sobre como se organizava as práticas escolares, como se ensinava e o que se ensinava na alfabetização.

Nesse período as recomendações de uma prática inspirada no movimento escolanovista, cujo marco no Brasil, é o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, conforme Souza (1998) caracterizava-se pela tentativa de reformar a chamada, escola tradicional, introduzindo novos procedimentos didático-metodológicos, que consistiam em tornar o ambiente escolar mais agradável, atrativo e menos repressor.

Nesse sentido, os castigos físicos eram proibidos oficialmente em todo o país. No estado de Mato Grosso, segundo Siqueira (2000, p. 240) “passou a fazer parte das normatizações escolares a partir da introdução das idéias modernas”. Mas as restrições, penalidades e sanções geralmente permaneciam no cotidiano escolar. A esse respeito pode não ter sido corrente o uso da palmatória na sala de aula de alfabetização. Segundo os relatos as professoras costumavam usar outros mecanismos corretivos como colocar os alunos de castigo em pé e de costas para o quadro.

Ao que parece, em 1932, as professoras já haviam assimilado novos valores que provavelmente, dispensavam tais mecanismos de repressão no processo de ensino e aprendizagem. Essa prática é permeada também por valores, quadros referenciais, pré-concepções, experiências pessoais e profissionais consolidadas pela tradição escolar, articuladas às vivências da sala de aula e do cotidiano.

Ao final dos anos 30 e 40, no Brasil, houve a emergência de um novo discurso na educação pública: o de renovação pedagógica e, nesse contexto, o ensino da linguagem (leitura e escrita) foi amplamente discutido, marco da adoção dos princípios da Escola Nova. A maioria dos estados, assim como Mato Grosso, adotou novos métodos de ensino, as recomendações para o ensino da Leitura e da Escrita, de acordo com o Regulamento da Instrução Pública de 1927, era do método analítico<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Este método tem como “ponto de partida a palavra, a frase ou o texto, o seu princípio básico é ir do complexo ao simples, do concreto ao abstrato”. Deve-se oferecer à criança um conjunto de símbolos escritos tal como se apresentam na leitura do adulto; isto é, materiais reais, concretos, que têm sentido à

A respeito da adoção de um método para o ensino da alfabetização, na 1ª Escola Urbana Masculina e 1ª Escola Urbana Feminina, durante o período em estudo, pelas declarações encontramos indícios de que “naquele tempo era um método bom”. No contexto desse método adotado pelas professoras, para as atividades de escrita usava-se o quadro negro para passar o “abecedário” e depois as “palavras”, as quais os alunos copiavam no caderno. Para as atividades de “leitura” além do “quadro negro”, eram usadas também as “cartilhas”, apresentadas no item anterior.

Pelos registros nos diários de classe das professoras, na parte destinada ao ensino da linguagem na alfabetização, nas 1ª séries A, B, e C, há recorrência de atividades de escrita como: “cópia das primeiras letras do abecedário” (alfabeto) maiúsculo/minúsculo, “caligrafia”, “cópia de trecho de uma lição do quadro negro ou do livro/cartilha”, “ditado”, “silabação”, “formação de palavras”.

As declarações reforçam a prática da cópia e da caligrafia como importante auxiliar no processo de ensino da escrita na alfabetização. Essa declaração sinaliza também a representação de escrita que circulava no debate pedagógico naquele período, assim como os diversos valores da aprendizagem do escrever correntes na sociedade. A associação entre caligrafia e ortografia era prevista no âmbito dos programas oficiais para as escolas públicas brasileiras.

Conforme Vidal e Esteves (2003, p. 135) “sua permanência, apontava também para a sintonia dos exercícios caligráficos aos afazeres ordinários da classe, no sentido de manter o aluno ocupado, enquanto liberavam a professora para atender outros alunos durante o horário de aula”. Em atividades como “tomar leitura” individual, por exemplo.

Em relação às atividades de leitura, há registros de “exercício oral sobre as letras”, “leitura das letras ou abecedário” (alfabeto) maiúsculo e minúsculo, “leitura de sílabas” e “leitura de palavras”, com certa freqüência. As professoras “chamavam os alunos para ler no quadro, no caderno e na cartilha”.

Nas escolas primárias, nesse período já havia uma tentativa de atribuir novos sentidos à leitura. Dever-se-ia ler-se menos coletivamente e oralmente; a leitura silenciosa, passou também a ser prescrita. Segundo Micotti (2000, p. 54) “materiais concretos deviam ser oferecidos à criança, para o uso na leitura, visando uma leitura com sentido, para a compreensão do que se lia, para assim proceder à análise de seus elementos constitutivos que são símbolos abstratos”.

As professoras constituíram-se, no percurso analisado, como sujeitos responsáveis pelo ensino da leitura e da escrita no período de 1932 a 1948, na 1ª Escola Urbana Masculina e 1ª Escola Feminina. Representavam a própria idéia de escola que se tinha naquele período e, nesse embate, provavelmente também aprendiam a “ser alfabetizadoras” nas duras lutas do cotidiano.

Os indícios ou vestígios apontam que havia semelhança entre as práticas alfabetizadoras das duas professoras. O fato de uma, ser normalista, não impediu a utilização das mesmas cartilhas que a outra utilizava, e, conseqüentemente, o mesmo método para ensinar a ler e escrever “do abecedário às palavras”.

---

aprendizagem. A partir daí, o caminho consiste na análise de seus elementos constitutivos que são símbolos abstratos (MICOTTI, 1979),

## **Considerações Finais**

Quando se trata de “apropriação” de prescrições, é preciso considerar, segundo Amâncio (2000, p. 237), “as contingências, sociais, políticas, culturais e econômicas, para compreender que estas se encarregam de fazer a diferença”, ou seja, daquilo que foi idealizado, normatizado, o que foi feito? Como ocorreram as concretizações, no caso da escola em estudo?

As dificuldades para organização das instituições escolares no contexto mato-grossense, em períodos anteriores à reforma de 1910, se davam por inúmeras razões, pois, dispersas pelo grande território mato-grossense essas escolas mantinham enormes distâncias entre si; tinham um número variado de alunos; faltava assistência formação e orientação pedagógica; ausência de fiscalização e de controle por parte de autoridades da instrução pública e; principalmente, faltava uniformidade em termos de métodos e programas de ensino.

Desse modo, as professoras trabalhavam isoladamente, sem condições de compartilhar os possíveis problemas de sua prática com seus pares. A formação de professores que devia ser realizada pela Escola Normal da capital, a qual ficou por um grande período desativada, somente foi possível a partir de 1911, quando esta foi reativada. Antes disso, para que um professor fizesse o curso normal tinha que ir para outro estado.

É difícil saber como as professoras eram orientadas a trabalhar na alfabetização e até que ponto as normatizações permeavam de fato a prática das professoras naquele período. Conheceriam as prescrições que deviam nortear a questões metodológicas de sua prática pedagógica? Mesmo que conhecessem, vale lembrar que não se tem controle da apropriação que ocorre de modos diversos; de acordo com Peixoto, Vieira e Khoury (1993) são as múltiplas possibilidades do “aqui e agora”, que dependem também da experiência cotidiana e das práticas sociais de cada sujeito da história.

Assim a 1ª Escola Urbana Masculina e 1ª Escola Urbana Feminina cumpriu o seu papel, dentro dos limites a ela impostos, oferecendo o curso primário à população diamantinense até o ano de 1948, ano em que foi extinta, com a reorganização das escolas no estado. Desse modo, o enredo de ações representadas são maneiras diferenciadas de apropriação, segundo Chartier (2002); pois são discursos que acionam construções, composições, figuras, tentativas de enunciar, de elaborar um discurso o mais aproximado possível daquilo que foi vivenciado na instituição escolar.

Com as reflexões e também as reticências (pelo não dito, não revelado, não percebido) espera-se de algum modo contribuir para uma possível compreensão sobre o ensino da alfabetização em Mato Grosso, de 1932 a 1948, lembrando conforme Lang (2001, p. 136) que “reinterpretar o passado é um duplo relembrar, onde concorrem o pensado, o vivido e as representações, pois as histórias são adaptadas às interpretações atuais”.

## **Referências Bibliográficas**



AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de Leitura na Escola Primária no Mato Grosso: contribuições para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX**. Marília – SP, 2000. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP.

\_\_\_\_\_. Cartilhas de Ensino de Leitura e Escola Primária em Mato Grosso no Início do século XX. In TAMBARA, Elomar. (Org). **Livros Escolares e Ensino da Leitura e da Escrita no Brasil (Séculos XIX e XX)**. Pelotas: Seiva, 2003.

CARDOSO, Cancionila Janzkovski.. & AMÂNCIO, Lazara Nanci de Barros. **Relatório de Pesquisa Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas em Alfabetização: um estudo a partir da circulação de cartilhas em Mato Grosso – 1910 a 2000**. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Pesquisa em Educação/FAPEMAT.ICHS. Rondonópolis – MT, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2 ed. Portugal: DIFEL- Difusão Editorial S.A, 2002

CORREA FILHO, Virgílio. **Monografias Cuiabanas**. Cuiabá: Instituto histórico e geográfico de Mato Grosso, 2002.

CORREA, Rosa Lydia Teixeira. O livro Escolar como Fonte de Pesquisa em História da Educação. In: **Cadernos CEDES 52**. Cultura Escolar: história, práticas e representações. Campinas – SP: Unicamp, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. VIDAL, Diana Gonçalves. Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da Escola Primária no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes Escolares, Imperativos Didáticos e Dinâmicas Sociais. In: **Revista Teoria & Educação**. v. 5, 1992.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e BATISTA, Antonio Augusto Gomes. A Leitura da Escola Primária Brasileira. In: **Revista Presença Pedagógica**. V. 4. nº 24. Nov/Dez, 1998.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE, 1º nº. Autores Associados: Campinas – São Paulo, 2001.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: procedimentos e possibilidades. In: **Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais**. Centro de Estudos Rurais e Urbanos – NAP-CERU. São Paulo, 2001.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária**. Cuiabá, 1927.

MENDES, Francisco Alexandre Ferreira. **Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública referente ao ano de 1942**. Impresso.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública referente ao ano de 1944**. Impresso.

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. **Métodos de Alfabetização e o Processo de Compreensão**. Arquivos Rioclarenses de Educação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro-SP, 1970.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso**. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha & KHOURY, Yara Maria. **A Pesquisa em História**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves & ESTEVES, Isabel de Lourdes. Modelos Caligráficos Recorrentes: as prescrições para a escrita na escola primária paulista (1920 – 1940). In: TAMBARA, Eleomar. **Livros Escolares e Ensino da Leitura e da Escrita no Brasil (séculos XIX –XX)**. Pelotas: Seiva, 2003.